

OS ÍNDIOS E A CONQUISTA COLONIAL DO SERTÃO DA PARAÍBA: OLHARES DA HISTORIOGRAFIA CLÁSSICA¹

Paulo Henrique Marques de Queiroz Guedes.

Professor de História do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE) – *Campus* Belo Jardim. Doutorando em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).
profpaulohenrique@gmail.com

A conceituação de espaço que o concebe como produto das relações entre indivíduos, grupos ou culturas parece ser o mais indicado para a problematização deste conceito no campo histórico. Além disso, o espaço se produz no tempo estando assim, em contínua construção. Baseando-se nessas premissas, nossa dissertação de mestrado, intitulada “**A colonização do sertão da Paraíba: agentes produtores do espaço e contatos interétnicos (1650-1730)**”, teve por objetivo principal analisar a ocupação colonial do sertão da Paraíba tomando por base os agentes produtores deste espaço e os contatos interétnicos realizados entre índios e colonizadores, entre a segunda metade do século XVII e as três primeiras décadas do século XVIII.

O tema da colonização do sertão não é inédito entre os estudiosos da Paraíba, entretanto, a partir de abordagens diferentes, pretende-se aqui discutir questões que foram tratadas marginalmente por alguns estudiosos do tema ou mesmo, não estiveram no centro de suas preocupações². Trata-se assim, de redimensionar a formação social e territorial a partir da análise dos diferentes grupos sociais que participaram da colonização do sertão tendo como referência a importância dos índios não apenas como vítimas, como geralmente se fez nos estudos clássicos, mas, sobretudo como sujeitos históricos que se posicionaram de diversas maneiras em relação a este processo.

Desta maneira, procuramos demonstrar que a colonização do sertão da Paraíba e sua reorganização espacial não foi obra apenas dos diversos grupos sociais colonizadores, mas que, sobretudo, contou com a participação ativa de vários grupos indígenas que igualmente protagonizaram a expansão territorial. Dito com outras palavras, propusemos uma abordagem cujo enfoque centrou-se nos diversos grupos sociais (colonizadores) e étnicos

(indígenas) que participaram da colonização do sertão da Paraíba, enfatizando a grande dinâmica deste processo amparado na circulação e interação de pessoas e culturas.

Num trabalho desta natureza, as relações interdisciplinares são não apenas importantes, mas, sobretudo imprescindíveis para um maior enriquecimento dos temas tratados. Neste sentido, adiantamos a orientação interdisciplinar do trabalho na medida em que procuramos realizar um diálogo entre a geografia, a história e a antropologia sendo esta última, uma área de conhecimento imprescindível para estudos que envolvem índios.

Neste trabalho, pretendemos apontar a forma como os estudiosos da Paraíba abordaram os índios do sertão no período colonial. Este aspecto é importante na medida em que as questões trazidas pelos estudos clássicos podem abrir caminhos metodológicos ou interpretativos para as questões e hipóteses que nos propomos a discutir no trabalho. Neste sentido, ver-se-a que foi muito forte a influência sobre os historiadores clássicos, do final do século XIX e primeiras décadas do século XX, das teorias raciológicas e do determinismo geográfico, como ideias guia para explicar determinadas características culturais e societárias daqueles índios.

A produção sobre os índios do sertão da Paraíba: a historiografia clássica

A relativa facilidade que os estudiosos dispõem atualmente no que diz respeito ao acesso as fontes primárias, obras especializadas e novos métodos de pesquisa, torna contraproducente o estabelecimento de qualquer tipo de comparação qualitativa entre o que se sabe e o que se conhecia no passado a respeito de muitos temas. Na opinião de Rogério Forastieri da Silva (2001), os trabalhos de análise bibliográfica devem se deter principalmente a “rastrear o que tem sido produzido de significativo em determinados campos do conhecimento e também recuperar para o presente autores e textos que, apesar de importantes, possam por alguma razão ter ficado no olvido” (2001, p.13). Assim sendo, evidencia-se a importância deste tipo de estudo no sentido de traçar a trajetória de um determinado tema ao longo do tempo procurando situá-lo no momento em que foi produzido, tentando, quando possível, associar os autores e suas obras ao que o autor citado chama de “nicho de periodização da historiografia” (2001, p.17).

Qualquer estudo bibliográfico deve se problematizar igualmente às especificidades do “lugar” de onde fala o autor, ou seja, dos elementos sócio-culturais que influenciam seu trabalho. Trata-se então, de desvendar os “lugares sociais”, econômicos, geográficos e culturais de que fala aquele que produz o conhecimento. Em estudos deste gênero devemos não somente observar o contexto em que determinadas obras foram produzidas, mas igualmente as diferentes “visões de mundo” de autores que escreveram numa mesma época.

Além disso, é interessante observar a relação do pensador com o grupo ou instituição social a que esteja ligado. Em relação a este aspecto, é importante frisar que boa parte dos eruditos que investigaram a história da Paraíba estão ligados a uma Instituição do saber que, a partir de determinadas características, acabou por influenciar a forma de pensamento destes autores. Trata-se do “Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba” (I.H.G.P.) que, desde o início do século passado, funciona como um “lugar” em que circularam os historiadores que produziram obras importantes.

A exemplo do que ocorria no cenário nacional – entre o final do século XIX e primeira metade do século XX – estes estudiosos, na tentativa de esclarecer a gênese da sociedade paraibana, propuseram a ideia da miscigenação compondo o quadro étnico do povo brasileiro como base de suas interpretações. Fruto de nossa experiência histórica, a miscigenação é uma realidade tão presente que eles não se furtaram em destacá-la.

Desta forma, os índios tiveram um papel de destaque na produção intelectual do século XIX numa perspectiva de demonstrar a importância do projeto civilizador da cultura luso-brasileira. Além disso, não podemos perder de vista, que relacionado a projeto maior estaria a preocupação de criar os traços de unidade nacional brasileira, as origens histórico-sociais da nação bem como, sua formação territorial. Assim, neste contexto, os índios não ficaram excluídos da produção intelectual daquela época.

No nosso entendimento, para além das diversos olhares que foram lançadas sobre os índios no século XIX e início do século XX, predominaram, como dissemos acima, aqueles ligados aos “Institutos Históricos e Geográficos”, a partir dos quais podemos observar determinadas características gerais. Primeiro, a crença de que os índios teriam, desde o período colonial, que ser integrados a cultura branca. Segundo, que esta integração só poderia ser feita através do estabelecimento de relações econômicas, da educação e

cristianização destes índios. Por fim, que o Estado deveria orquestrar este processo como forma de preservar a integridade física dos indígenas. Como veremos daqui a pouco, estes elementos constituíram a base das interpretações lançadas sobre os índios do sertão pelos estudiosos paraibanos.

Na historiografia clássica, os índios foram abordados de forma relativamente heterogênea. Apesar disso, pesou sobre estes, quase sempre, um olhar que os condenava a serem eternos coadjuvantes e atores passivos dos processos sociais. Neste sentido, procuramos compreender aqui de que maneira e a partir de que influências e pressupostos se construiu a imagem dos índios que ocupavam o sertão da Paraíba na época da conquista colonial desse espaço, bem como as formas de contato interétnico e interações sociais entre os índios e os luso-brasileiros.

Dito isso, vale ressaltar que o nosso objetivo não é contrapor os dados que serviram de base para os historiadores analisados construírem suas narrações sobre os índios do sertão, mas sim, nos interessa, sobretudo, tentar entender a forma como estes autores enxergaram estes índios que entraram em contato com as frentes de colonização no processo de conquista colonial da região. É importante registrar ainda que, realizar um trabalho desta natureza a respeito de autores paraibanos é operação difícil em razão da quase ausência de estudos bibliográficos de síntese, e biográficos, sobre estes autores e suas obras.

Fruto do processo de formação do Estado nacional brasileiro, a intelectualidade do século XIX e primeiras décadas do século XX procurou fundamentar suas análises na busca de elementos sócio-culturais e étnicos que fornecessem os traços que pudessem configurar, ainda no período colonial, uma espécie de “nacionalidade brasileira”. Além disso, existiu certa tendência dessa produção de utilizar-se de pressupostos raciais, então em plena moda intelectual, a partir de meados do século XIX. As formas como estas teorias foram utilizadas por alguns estudiosos paraibanos revela que o apego pela sociedade e cultura européia já havia se solidificado. Não obstante, esse apego, por assim dizer, forneceu os subsídios que, de uma forma ou de outra, constituíram a base de legitimação para a assimilação das sociedades indígenas.

No entanto, não podemos esquecer que essa assimilação só poderia se dar, neste contexto, pela via da miscigenação racial, fruto, aliás, de nossa experiência histórica, que esses estudiosos não deixaram de destacar. Nesse quadro, se evidencia que a relação estabelecida entre as etnias e o processo civilizador esteve sempre presente na produção histórica do período.

Sobre esta questão, João Azevedo Fernandes (2003) destaca e distingue a trajetória intelectual brasileira no que se refere à relação entre a miscigenação e o contato interétnico no Brasil colonial centrando-se na problemática indígena. O autor considera que num primeiro momento, esta produção estaria vinculada aos “Institutos Históricos e Geográficos”, que destacaram a participação dos índios na história do Brasil colonial ao enfatizar a mestiçagem como elemento de suma importância, mesmo quando vista de forma negativa. Segundo, o papel da miscigenação a partir da obra de Gilberto Freyre, notadamente **Casa Grande e Senzala**, de 1933, que teve por mérito lançar uma nova abordagem sobre a sociedade colonial na tentativa de explicá-la a partir de sua própria dinâmica interna, mesmo tendo supervalorizado a contribuição africana no processo de formação da cultura e sociedade brasileira.

Neste mesmo período observou-se, ainda segundo Fernandes, uma ruptura a partir das obras de Caio Prado Júnior na medida em que este minimizou ou encobriu a importância da miscigenação e da interação étnica como categorias interpretativas (2003, p. 09). A partir daí, boa parte das análises realizadas que tomaram como base o instrumental teórico marxista “contribuíram para apagar a especificidade indígena em nossa formação diluindo-a na figura do ‘escravo’” (2003, p. 09). Por fim, há o momento de profissionalização do ofício do historiador a partir dos anos 70, que inaugura novos instrumentais teóricos ao tempo que se observa a expansão dos estudos referentes aos contatos interétnicos entre europeus e índios.

Para ilustrar um pouco a tônica deste debate, que mesclou preceitos raciológicos e determinismos geográficos, vejamos um pouco do que escreveram alguns estudiosos paraibanos a respeito dos índios Tapuia. Quando trata dos índios do sertão, Celso Mariz (1910), por exemplo, pouco se refere a questões relativas a diversidade étnica e traços culturais dos índios. Ao mesmo tempo, num capítulo dedicado ao sertanejo, relacionando

suas características étnicas e culturais em seu livro “Através do Sertão”, o problema da composição étnica aparece com destaque:

O sertanejo parahybano descende dos bravos expedicionarios de Garcia D’Avila e Affonso Sertão; de Domingos Jorge, Antonio de Oliveira, Luiz Soares e Oliveira Ledo. Foi este elemento são que, da parte dos europeus ou seus filhos immediatos, entrou na componente de nossa forte sub-raça. E o sangue aryano foi predominante e em gráo superior no caldeamento com o sangue tupy e o africano. (1910, p.37).

Aqui, Celso Mariz encobre a diversidade étnica dos índios ao passo em que destaca a configuração de uma “forte sub raça” majoritariamente composta pelos colonizadores realçando ainda, como pano de fundo, a miscigenação racial típica da sociedade colonial no Brasil, que acabou por moldar este processo. No entanto, é importante destacar que os índios e negros, segundo o autor, somente teriam participado de forma marginal na composição racial do povo sertanejo:

O indígena concorreu em segundo plano na formação do nosso povo e o contingente dos filhos de Guiné é insignificante. No sertão parahybano os descendentes dos antigos escravos permanecem distintos, quasi isolados, nas cabanas que construíram em torno da residência dos ex-senhores. Ha contacto sexual com espécimens de outras raças, mas seu resultado na economia da composição geral, se já foi elevado, tem diminuido até quasi nullificar-se. (1910, p. 37).

É necessário ressaltar ainda a influência que o historiador sofreu do “determinismo geográfico”, também teoria destacada por volta do final do século XIX. Vejamos então, o que nos relata Mariz a respeito do clima do sertão e da influência decisiva que este impõe ao povo sertanejo:

Os habitantes dos climas equatoriaes experimentam desde o nascer os effeitos do calor. Experimentam-nos sem interrupção até a morte; Sua organização, composta de elementos de uma hereditariedade especial, é a expressão mais verdadeira e completa do poder desse agente; ella carrega o solo da ação solar como todos productos da natureza que a cêrca. O calor exalta os órgãos da peripheria e determina um movimento centrifugo:- exageração habitual das funções exteriores, relaxamento das funções centraes, tal o rithmo dos indígenas da zona tórrida. (1910, p.38).

E, ainda nesse sentido:

Além dos elementos de combate acima apontados, e dos quaes dispõe o sertanejo contra o clima, podemos lembrar a florestação primitiva que tornando mais calmas e frescas as virações e encerrando outras facilidades, crearam para os seus

antepassados uma saúde e um bem estar hereditariamente transmissíveis. (1910, p.43).

Outro debate relativamente comum na historiografia paraibana diz respeito à inaptidão cultural dos indígenas para o trabalho metódico enquanto se destaca, igualmente, a aptidão dos negros para esse mesmo trabalho. Vejamos, pois, o que Irenêo Joffily (1892) nos diz ao procurar justificar a adaptabilidade das etnias em relação a determinados tipos de trabalhos. Neste caso, em particular, a adaptação a atividade pecuarista extensiva no “sertão” norte do Brasil colonial:

Para semelhante modo de vida só era adaptada a raça americana; a africana era inteiramente incapaz, e por isso a maior parte do pessoal de uma fazenda era de raça indígena; havendo sómente para o serviço domestico, nas principaes, entre os escravos da fabrica alguns africanos (1892, p. 238).

Apesar de não ser tão explícito, Horácio de Almeida (1978) tem um discurso que contém também certo cunho raciológico, embora seja um autor mais contemporâneo. Podemos perceber isso a partir do momento em que o autor sugere que os índios Kariri do sertão, seriam mais inteligentes em comparação aos Potiguar, índios do litoral da Paraíba, tendo, inclusive, uma maior facilidade de assimilação da religião, língua e cultura dos brancos.

Os cariris mostravam-se mais inteligentes que os potiguaras. Tinha a faculdade de assimilar tudo dos portugueses, inclusive a própria língua, que expressava com facilidade. Foi esta a razão por que os brancos não aprenderam jamais a sua língua. Também é de assinalar a vontade que mostravam em aceitar a doutrina cristã, depois de reduzidos ao convívio dos brancos. (1978, p. 40).

A diferença desse tipo de postura, em comparação com Celso Mariz, por exemplo, é que para esse as interpretações raciológicas subsidiaram justificativas para legitimar a conquista colonial e o processo civilizatório, enquanto em H. de Almeida parecem servir tão somente para justificar a essência da heróica resistência dos índios Kariri do sertão, em comparação com os Potiguar do litoral.

Em seu “**Historia da Paraíba**”, José Octávio de Arruda Mello (1997) discute desde questões de classificação em relação aos grupos indígenas da Paraíba, em especial aos grupos do sertão, até aspectos de ordem cultural, a exemplo, do modo de organização social desses povos. Sua importância reside no fato de dedicar-se exclusivamente aos indígenas numa seção, algo pouco comum, diríamos até raro, em obras de síntese de história da

Paraíba. Contudo, o autor, na sua visão acerca dos índios teima em tomá-los como coadjuvantes dos processos históricos, quando muito, não se importando, por exemplo, em ver como a sociedade colonial e suas metamorfoses históricas, foram influenciadas pelos contatos com os povos indígenas.

Considerações finais:

Afora as diferenças de pontos de vista entre os historiadores paraibanos, no que diz respeito à forma como eles enxergaram os índios do sertão, uma coisa pudemos constatar de comum no discurso de todos, apesar de aparecer em intensidades diferentes. Trata-se da forma como, em suas narrações, os indígenas aparecem sempre como agentes passivos do processo histórico. De fato, muitos autores fazendo referências e destacando o papel relevante que os indígenas desempenharam nos processos históricos coloniais, tendem a colocar os indígenas sempre como participantes marginais do processo, sofrendo e refletindo as ações desencadeadas pelos interesses dos agentes colonialistas.

Ao mesmo tempo, dificilmente encontramos nessa historiografia algo relativo às formas como alguns povos indígenas contribuíram para o sucesso do processo de conquista e colonização do sertão paraibano, no que tange ao seu apoio bélico aos agentes colonialistas na luta contra os povos indígenas sublevados muito menos, referências às formas como alguns grupos indígenas optaram por se inserir ou pelo menos associar-se de alguma forma ao “mundo colonial”.

Notas:

1. Este artigo é fruto de uma pesquisa bibliográfica sobre os índios do sertão da Paraíba no período colonial. Estas informações ajudaram a construir os problemas relativos aos índios do sertão e as novas espacialidades produzidas em meio à colonização desse espaço, com a participação deles.

2. Os principais trabalhos sobre o sertão colonial na historiografia paraibana foram produzidos por Celso Mariz (1910; 1994), Wilson Seixas (1961) e Horácio de Almeida (1978; 1980). Já na historiografia nacional merecem destaque os trabalhos de Antonil (1761; 1955) e Capistrano de Abreu (1982) e, recentemente, os trabalhos de Maria Idalina da Cruz Pires (1990), Ricardo Pinto de Medeiros (2000), Pedro Puntoni (2002) e Cristina Pompa (2003).

Referências:

ALMEIDA, Elpídio de. **História de Campina Grande**. 2ª ed. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1978.

ALMEIDA, Horácio de. **História da Paraíba**. Vol. 2. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1978.

_____. **Brejo de Areia**. 2ª ed. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1980.

_____. O Elemento Humano – Indígenas Paraibanos: Potiguaras, Tabajaras e Cariris. In: MELO, José Octávio de Arruda (org.). **Capítulos de história da Paraíba**. Campina Grande: GRAFSET, 1987.

BURKE, Peter. **A escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia**. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1997.

DIAS, Margarida Maria dos Santos. **Intrépida ab origine: O Instituto Histórico e Geográfico e a produção de história local**. João Pessoa: Almeida Gráfica e Editora LTDA, 1996.

FERNANDES, João Azevedo. **De cunhã a mameluca: a mulher Tupinambá e o nascimento do Brasil**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2003.

_____. **Revista Mana**. Rio de Janeiro. Vol.10. Abril, 2004.

FREIRE, Carmem Coelho de Miranda. **História da Paraíba: para uso didático**. João Pessoa: A União Cia Editora, 1981.

JOFFILY, Irenêo. **Notas sobre a Parahyba**. Brasília-DF: Thesaurus Editora, 1892.

MACHADO, Maximiano Lopes Machado. **História da província da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB. TOMO II, 1977.

MAIA, Sabiniano. **Itabaiana: sua história - suas memórias (1500-1975)**. João Pessoa: A União Cia Editora, 1976.

MARIANO, Nayana R. Cordeiro. Maximiano Lopes Machado e a imagem do índio redimível. In: SÁ, Ariane Norma de Menezes e MARIANO, Serioja R.C. (org.). **Historia da Paraíba: autores e análises historiográficas sobre o século XIX**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2003, p.p. 117-138.

MARIZ, Celso. **Apanhados históricos da Paraíba**. João Pessoa-PB: A União Editora, 1994.

_____. **Através do sertão**. Imprensa Oficial Paraíba do Norte. Edição Fac-similar, 1910.

_____. **Evolução econômica da Paraíba**. 2/ed .João Pessoa: A União, 1978.

MELLO, José Octávio de Arruda. **História da Paraíba: lutas e resistência**. 4ª ed. João Pessoa: UFPB/Editora Universitária, 1997.

_____. **A Paraíba das origens a urbanização**. João Pessoa: Editora Universitária UFPB/FUNAPE, 1983.

PINTO, Irineu Ferreira. **Datas e notas para a história da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1977.

PINTO, Luis Teixeira de Meneses. **Fundamentos da história e do desenvolvimento da Paraíba**. Rio de Janeiro: Editora Leitura S. A, 1973.

REIS, José Carlos. **Escola dos Annales: A inovação em história**. São Paulo. Paz e Terra, 2000.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo. NOBEL, 1985.

SANTOS, Milton e SOUZA, Maria Adélia A. (org). **O Espaço Interdisciplinar**. São Paulo: Nobel, 1986, p. 05-71.

SILVA, Rogério Forastieri da. **História da historiografia: capítulos para uma história das histórias da historiografia**. Bauru-SP: EDUSC, 2001.